



[Handwritten signature]
Cesaltina Frade
Administradora
[Handwritten signature]
20/12/14

CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

PROCEDIMENTO N.º 145/DF-GCP/UE/2021

**AQUISIÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES PARA INTEGRAÇÃO DO PROTÓTIPO FUNCIONAL
DA BATERIA DE FLUXO REDOX DE VANÁDIO NA MICRO-REDE DE BATERIAS**

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de estruturas modulares para integração do protótipo funcional da bateria de fluxo redox de vanádio na micro-rede de baterias, de acordo com os termos de referência descritos na parte II do caderno de encargos.
2. É adotado o procedimento de consulta prévia, ao abrigo do disposto na alínea c), do n.º 1 do art.º 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
3. Ao objeto do presente contrato aplica-se o CPV “44211100-3 - Módulos pré-fabricados portáteis” a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74 em 15 de março de 2008.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP, na sua redação atual e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Preço Base

O preço base é de **30.309,99€ (trinta mil trezentos e nove euros e noventa e nove cêntimos)**, sem IVA incluído.

Cláusula 4.ª**Preço Contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Universidade de Évora deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de transporte e os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço contratual terá cabimento no ano económico 2022.

Cláusula 5.ª**Condições de pagamento**

1. As quantias devidas serão, em princípio, pagas no prazo de 30 dias, com o limite legal de 60 dias, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299º do CCP, a contar da data de receção nos Serviços Administrativos da Universidade de Évora, da fatura ou documento equivalente, sob pena das pertinentes sanções legais, nomeadamente o direito a juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.
2. Para os efeitos do número um, a obrigação considera-se vencida com a validação da respetiva fatura ou documento equivalente.
3. Nas condições de pagamento a apresentar pelo adjudicatário não podem ser propostos adiantamentos.

Cláusula 6.ª**Gestor do contrato**

Para efeitos do disposto no artigo 290º-A do CCP, o gestor do contrato, por parte da Universidade de Évora, será o Dr.º Luís Fialho.

Cláusula 7.ª**Local de entrega e instalação**

Os bens objeto do contrato serão entregues e instalados na PECS: Plataforma de Ensaio de Concentradores Solares - Cátedra Energias Renováveis no Pólo da Mitra da Universidade de Évora, 7000-083 Nossa Senhora da Tourega, Portugal.

Cláusula 8.ª**Duração do contrato**

O contrato produz efeitos à data da sua assinatura por ambas as partes, considerando o cumprimento dos prazos e demais obrigações legais aplicáveis previstas no artigo 104.º do CCP, e tem o seu termo após o fornecimento e instalação dos bens objeto do presente procedimento, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 3 (três) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

Cláusula 9.ª**Proposta**

A proposta deve ser submetida com os seguintes elementos:

- a) Preços unitários dos itens que constituem a proposta, considerando as especificações técnicas constantes da cláusula 21ª, sem inclusão do IVA;
- b) Preço global da proposta, considerando as especificações técnicas constantes da cláusula 21ª, sem inclusão do IVA;
- c) Os preços constantes na proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.
- d) A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
- e) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos fornecimentos propostos.

Cláusula 10.ª**Obrigações de sigilo**

O adjudicatário obriga-se ao sigilo de quaisquer informações que obtenha em virtude da execução do contrato, salvo se prévia e expressamente autorizado pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos da Lei de Proteção de Dados Pessoais.

Cláusula 11.ª**Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser inquirida por alegadamente ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 12.^a**Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Universidade de Évora pode exigir do adjudicatário, o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do fornecimento dos bens objeto do contrato, aplicar uma multa contratual diária de 0,5% do preço contratual sem, contudo, e na sua globalidade, poder vir a exceder 20% do preço contratual.
 - a) Nos casos em que seja atingido o limite previsto na alínea anterior e a Universidade de Évora decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
 - b) Para efeitos dos limites previstos nas alíneas a) e b), quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade de Évora tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A Universidade de Évora pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 13.^a**Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das obrigações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, sismos, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 14.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade de Évora pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente o atraso, total ou parcial, no fornecimento dos bens superior a 15 (quinze) dias ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. O incumprimento, por parte do adjudicatário, confere, nos termos gerais de direito, à Universidade de Évora, além da faculdade de rescindir o contrato, o direito às correspondentes indemnizações legais.
4. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do contraente público poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, quando aplicável.

Cláusula 15.ª

Resolução por parte do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de

- 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% (vinte e cinco por cento) do preço contratual, excluindo juros.
2. O direito de resolução é exercido mediante declaração escrita enviada à Universidade de Évora, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
 3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição dos fornecimentos já realizados pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 16.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.
3. A entidade adjudicante apreciará, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas no artigo 55.º do CCP.
4. O disposto nos números anteriores não é aplicável em caso de transmissão universal ou parcial da posição do cocontratante, na sequência de reestruturação societária, nos termos previstos na alínea a), n.º 1 do artigo 318.º do CCP.

Cláusula 17.ª

Legislação aplicável e foro competente

1. Em tudo o que o presente caderno de encargos for omissivo observar-se-á o disposto no código dos contratos públicos e demais legislação aplicável e, em qualquer caso, sempre a lei portuguesa.
2. Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 18.ª

Comunicações e notificações

1. As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
2. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
3. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a
Contagem dos prazos

A contagem dos prazos na fase de formação e na fase de execução do contrato regem-se pelo disposto nos artigos 470º e 471º do CCP, respetivamente.

TERMOS DE REFERÊNCIA
PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS
Cláusula 20.^a
Objeto

De acordo com o definido na cláusula 1.^a do presente caderno de encargos, o objeto deste procedimento consiste na aquisição de estruturas modulares para integração do protótipo funcional da bateria de fluxo redox de vanádio na micro-rede de baterias.

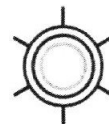
Cláusula 21.^a
Especificações técnicas e quantidades

Quantidade	Descrição
1	1.1) Fornecimento de estrutura modular , com dimensões de 4.80x7.20m, na figura 1 representada à cor cinza – Módulo “A” , (localização de portas e janelas, conforme desenho 02 e 03, em anexo) e que deverá respeitar as especificações mencionadas na memória descritiva e justificativa em anexo ao presente caderno de encargos.
1	1.2) Fornecimento de estrutura modular , com dimensões de 4.80x7.20m, na figura 1 representada à cor amarelo – Módulo “B” , (localização de portas e janelas, conforme desenho 04 e 05, em anexo) e que deverá respeitar as especificações mencionadas na memória descritiva e justificativa em anexo ao presente caderno de encargos.



ANEXOS

- **Memória descritiva e justificativa**
- **Desenhos**



MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Introdução

O presente projeto consiste na aquisição de 2 novos conjuntos de módulos para ampliação dos espaços de trabalho/laboratório para a integração das baterias e protótipos numa só microrrede experimental, dedicada para ensaio de protótipos de baterias com controlo de parâmetros ambientais, na Herdade da Mitra (Universidade de Évora), PECS – Plataforma de Ensaio de Concentradores Solares, concelho de Évora.

Enquadramento Urbano

A Herdade da Mitra, caracterizada pela sua grande superfície agrícola, tem uma área de cerca de 290 hectares, onde se localiza o Pólo da Mitra. Este por sua vez engloba um conjunto dos edifícios com diversas infraestruturas, nomeadamente o local da presente intervenção, PECS (Plataforma de Ensaio de Concentradores Solares).

Premissas da Intervenção

Ampliação do programa funcional de laboratórios;

Articulação interior/exterior (ligação mais harmoniosa entre a zona dos laboratórios/escritórios e a realização de ensaios no exterior).

Proposta

Recentemente, procedeu-se à reorganização e recolocação dos módulos pré-fabricados, já existentes no local, otimizando a sua organização/localização, com uma integração mais harmoniosa entre o interior/exterior.

Nesta nova intervenção pretende-se ampliar a infraestrutura experimental existente, com a **aquisição de dois novos módulos pré-fabricados, cada um com a dimensão de 4.80X7.20m.**

Estes novos módulos deverão ter a configuração e dimensões globais indicadas na figura 1. O sistema construtivo é modular.

Conforme apresentado na figura 1, pretende-se adquirir duas estruturas modulares, uma representada na figura 1 com cor cinza – módulo “A”, a outra representada com cor amarela – módulo “B”. Cada estrutura modular tem especificações próprias, ao nível das suas características, da localização e dimensão de portas e janelas (consultar especificações de cada conjunto no ponto 1.1) e 1.2), bem como, nos desenhos 2D em anexo e imagens 3D apresentadas em anexo).

Estas especificações pretendem garantir a compatibilidade com as estruturas modulares existentes, com as infraestruturas no local e com a sua utilização final dedicada para ensaio de protótipos de baterias numa microrredes integrada, com controlo de parâmetros ambientais.

O local de instalação destas estruturas apresentará os lintéis de betão necessários ao suporte das mesmas, na configuração apresentada.

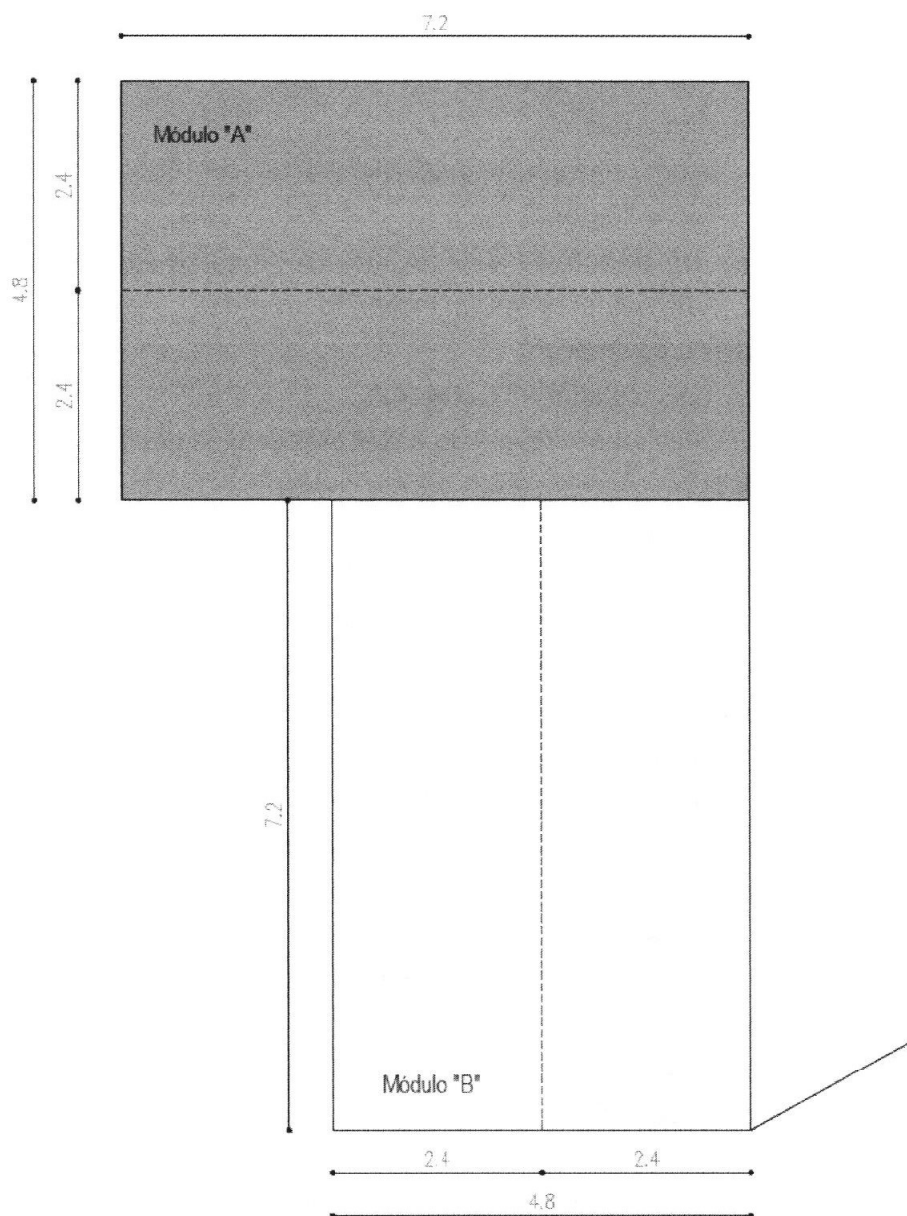
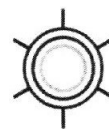


Figura 1: Desenho do conjunto de módulos a adquirir



Trabalhos e equipamentos a fornecer:

1.1) Fornecimento de estrutura modular, com dimensões de 4.80x7.20m, na figura 1 representada à cor cinza – **Módulo “A”**, (localização de portas e janelas, conforme desenho 02 e 03, em anexo), e que deverá respeitar as seguintes especificações:

a. Estrutura:

- i. Estrutura galvanizada com pintura à cor RAL 9010;

b. Paredes exteriores:

- i. Em painel sandwich com 40mm;

c. Cobertura e tecto:

- i. com telha em chapa perfilada e tecto interior em painel sandwich com 30mm;
- ii. Isolamento de lã de rocha entre chapa de cobertura e tecto falso em painel sandwich incluindo prumos;

d. Chassis e pavimento:

- i. Laje colaborante afagada;
- ii. Pavimento revestido a vinil standard à cor cinza.

e. Portas:

- i. Uma porta exterior dupla, lacada a branco com 3000X2500mm (conforme desenho 02 e 03, em anexo);
- ii. Uma porta exterior dupla, lacada a branco, com 1530X2060mm (conforme desenho 02 e 03, em anexo);

f. Janelas:

- i. Cinco janelas de correr em PVC branco de 975X1045mm (conforme desenho 02 e 03, em anexo) com redes mosquiteiras.
- ii. Cinco estores interiores laminados com 975X1045mm;

g. Electricidade:

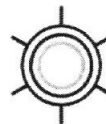
- i. Quadro eléctrico;
- ii. Luminárias de régua LED;
- iii. Interruptores;
- iv. Tomadas monofásicas 230v- 16A;

h. Ar condicionado

- i. Deve ser fornecido e instalado um aparelho de ar condicionado com capacidade de aquecimento e arrefecimento, com rearme automático e potência de arrefecimento mínima de 18.000BTUs.

i. Transporte e montagem

- i. Deve incluir transporte e montagem no local de entrega.



1.2) Fornecimento de estrutura modular, com dimensões de 4.80x7.20m, na figura 1 representada à **cor amarelo – Módulo “B”**, (localização de portas e janelas, conforme desenho 04 e 05, em anexo), e deverá respeitar as seguintes especificações:

a. Estrutura:

- i. Estrutura galvanizada com pintura à cor RAL 9010;

b. Paredes exteriores:

- i. Em painel sandwich com 40mm;

c. Cobertura e tecto:

- i. com telha em chapa perfilada e tecto interior em painel sandwich com 30mm;
- ii. Isolamento de lã de rocha entre chapa de cobertura e tecto falso em painel sandwich incluindo prumos;

d. Chassis e pavimento:

- i. Laje colaborante afagada;
- ii. Pavimento revestido a vinil standard à cor cinza.

e. Portas:

- i. Uma porta exterior dupla, lacada a branco, com 1530X2060mm (conforme desenho 04 e 05, em anexo);

f. Janelas:

- i. sete janelas de correr em PVC branco de 975X1045mm (conforme desenho 04 e 05, em anexo) com redes mosquiteiras.
- ii. Sete estores interiores laminados com 975X1045mm;

g. Electricidade:

- i. Quadro eléctrico;
- ii. Luminárias de régua LED;
- iii. Interruptores;
- iv. Tomadas monofásicas 230v- 16A;

h. Ar condicionado

- i. Deve ser fornecido e instalado um aparelho de ar condicionado com capacidade de aquecimento e arrefecimento, com rearme automático e potência de arrefecimento mínima de 18.000BTUs.

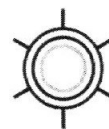
i. Transporte e montagem

- i. Deve incluir transporte e montagem no local de entrega.

Local de entrega e instalação:

PECS – Plataforma de Ensaios de Concentradores Solares da Universidade de Évora

Polo da Mitra da Universidade de Évora, 7000-083 Nossa Senhora da Tourega, Portugal



Referências

Fotografias do existente:



Figura 2: Vista do conjunto de módulos já existente.

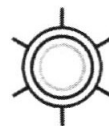


Figura 3: O Novo conjunto de módulos será para implantação à direita do conjunto já existente. (Os painéis solares que surgem na imagem, lado direito, foram removidos).

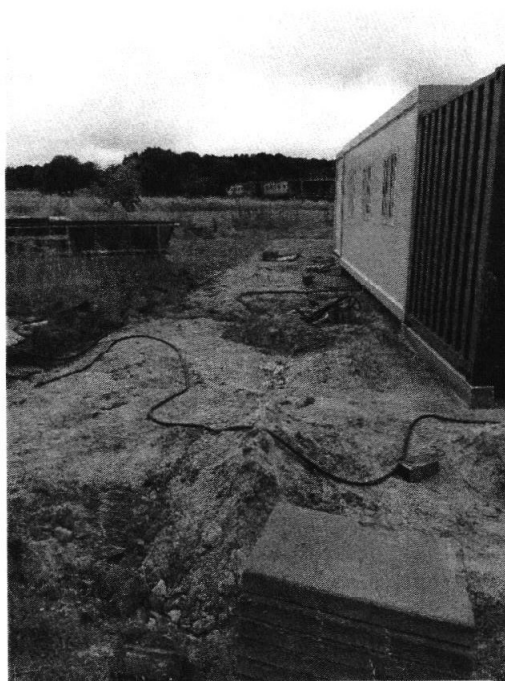


Figura 4: Vista tardoza da zona a implantar o novo conjunto de módulos.

Desenhos 3D:

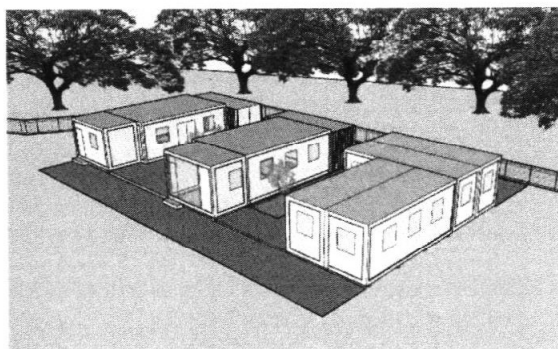
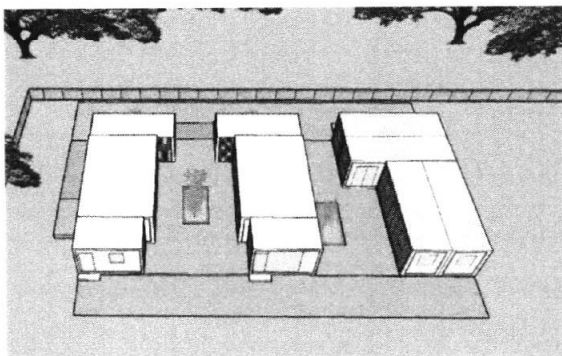


Figura 5 e 6: 3D da implantação de todo o conjunto de módulos (existentes + expansão), sendo que, apresentado a branco é o conjunto de módulos já existente. Representado a azul, o novo conjunto de módulos a adquirir neste procedimento.

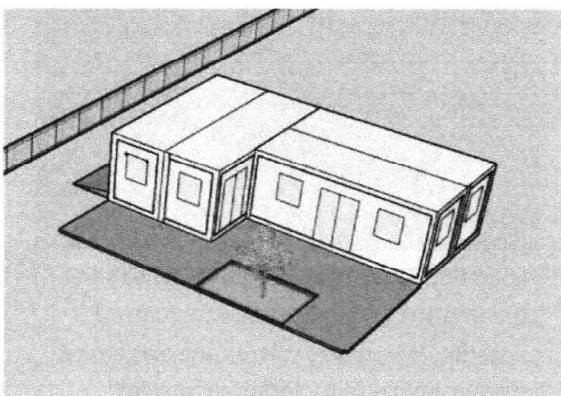
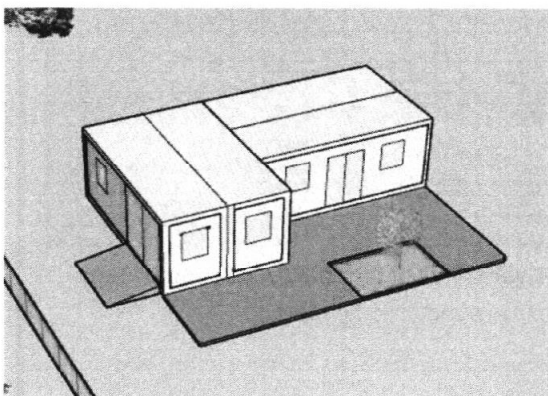
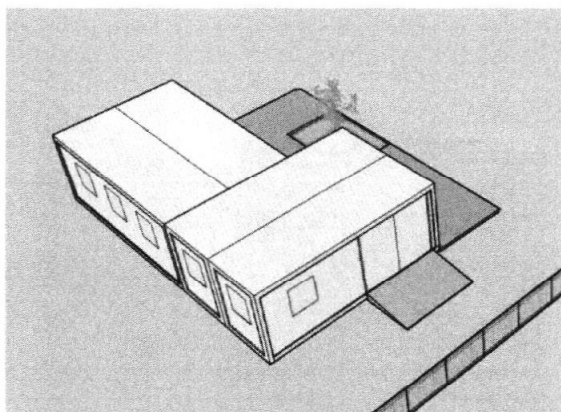
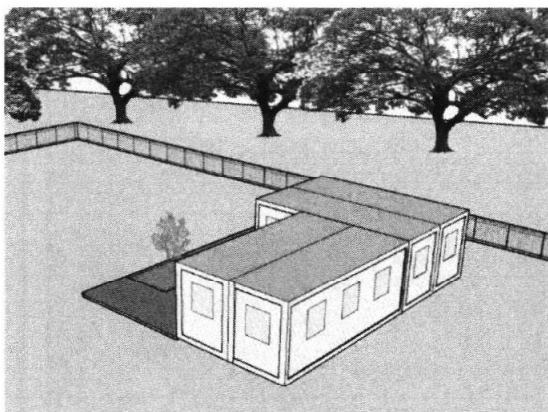
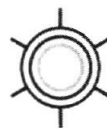


Figura 7, 8, 9, e 10: 3D com todas a vistas (localização de portas e janelas) dos conjuntos de módulos a adquirir neste procedimento.